

REVISTA
N. 45

NOVOS RUMOS

SAMIR AMIN

**GEOPOLÍTICA
DO IMPERIALISMO
CONTEMPORÂNEO**

SAMIR AMIN

GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO*

A análise que aqui proponho baseia-se numa concepção histórica geral da expansão do capitalismo que desenvolvi em outro lugar, e que aqui não pretendo retomar.¹ Com base nessa concepção, o capitalismo sempre foi, desde suas origens, um sistema polarizante por sua própria natureza, isto é, imperialista. Tal polarização – ou seja, a formação simultânea de centros dominantes e de periferias dominadas e a sua reprodução sempre mais ampliada em cada etapa sucessiva – é imanente ao processo de acumulação do capital operando em escala mundial, fundado sobre o que defini como “a lei mundializada do valor”.

Nessa teoria da expansão mundial do capitalismo, as transformações qualitativas dos sistemas de acumulação entre uma fase e outra de sua história, determinam por sua vez as formas sucessivas da polarização assimétrica centros/periferia, isto é, do imperialismo concreto. Portanto, o sistema mundial contemporâneo está destinado a permanecer imperialista (polarizante) por todo o futuro previsível, dado que a lógica fundamental de seu desenvolvimento continua determinada pelo domínio das relações de produção capitalistas. Logo, essa teoria associa estreitamente imperialismo e processo de acumulação de capital em escala mundial, que por isso considero como uma única realidade, cujas dimensões distintas são praticamente indissociáveis. Essa concepção se distingue, entretanto, seja da versão vulgarizada da teoria leninista do “imperialismo como fase superior do capitalismo” (como se as fases anteriores da expansão mundializada do capitalismo não tivessem sido polarizantes), seja das teorias pós-modernas contemporâneas, que definem a nova mundialização como “pós-imperialista”.²

* “Geopolitica dell'imperialismo contemporaneo”, em <http://www.iraqlibero.at/>; trad. Geraldo Magella Neris. Originalmente publicado como capítulo final em Wim Dierckxsens & Carlos Tablada, *Guerra globale, resistenza mondiale e alternative* (2003).

¹ Ver Samir Amin, *Classe et nation dans l'histoire et la crise contemporaine*, capítulos VI e VIII (Paris: Minuit, 1979), *L'eurocentrisme*, capítulo (Paris: Anthropos Econômica, 1988); *Au dela du capitalisme sénile, pour um XXI^{me} siècle non américain* (Paris: PUF, 2001).

² Para a crítica do pós-modernismo e da tese de Negri, ver Samir Amin, *Critique de l'air du temps*, capítulo VI (Paris/Montreal: Harmattan, 1997); *Le virus libéral* (Paris: Le Temps des Cerises, 2003), p. 20 e ss.

DO CONFLITO PERMANENTE DOS IMPERIALISMOS AO IMPERIALISMO COLETIVO

Em seu desenvolvimento mundializado o imperialismo sempre se conjugou no plural, desde suas origens no século XVI até 1945. O conflito entre imperialismos, permanente e freqüentemente violento, ocupou um lugar decisivo na transformação do mundo, ao lado da luta de classes, através dos quais se exprimem as contradições fundamentais do capitalismo. Em nossa época, as lutas sociais e os conflitos entre os diversos imperialismos se articularam estreitamente, determinando o percurso de desenvolvimento do capitalismo realmente existente. Assinalo ainda que a análise que proponho se distingue profundamente daquela centrada na “sucessão de hegemonias”.

A Segunda Guerra Mundial terminou com uma grande transformação que alterou profundamente as formas do imperialismo: a adoção de um imperialismo coletivo, reunindo o conjunto dos centros do sistema mundial capitalista (de forma simplificada, a tríade: os Estados Unidos e sua província exterior canadense, a Europa ocidental e central e o Japão) em substituição à multiplicidade de imperialismos em conflito permanente. Essa nova forma da expansão imperialista atravessou diferentes fases de desenvolvimento, porém continua ainda bem presente. Nessa perspectiva, deve ser situado o eventual papel hegemônico dos Estados Unidos, exigindo, no entanto, precisar as bases e as formas com que se articula ao novo imperialismo coletivo. Essas questões colocam problemas que são precisamente aqueles que pretendemos abordar neste artigo.

Os Estados Unidos obtiveram vantagens enormes com a Segunda Guerra Mundial, a qual arruinou os seus principais adversários – Europa, União Soviética, China e Japão. Conseqüentemente, eles se viram na possibilidade de exercer a sua hegemonia econômica, já que concentravam mais da metade da produção industrial do mundo na época e detinham a exclusividade do controle das novas tecnologias que moldariam o desenvolvimento da segunda metade do século XX. Além disto, eles detinham a posse exclusiva de armas nucleares – a nova arma “absoluta”. É por isso que fixo o início do pós-guerra não em Yalta, como é aceito freqüentemente (em Yalta, os Estados Unidos ainda não tinham a bomba atômica), mas em Postdam, isto é, alguns dias antes do bombardeio de Hiroshima e Nagasaki. Em Postdam o tom americano havia mudado: já haviam tomado a decisão de deflagrar aquilo que se tornaria a “guerra fria”.

Contudo, essa dupla vantagem absoluta foi superada em um tempo relativamente breve (duas décadas) pela dupla recuperação dos outros países envolvidos no conflito: recuperação econômica da Europa capitalista e do Japão e recuperação militar da União



CONFERÊNCIA DE YALTA



CONFERENCIA DE POSTDAM

Soviética. É bom lembrar que o retrocesso relativo do poder dos Estados Unidos nesse período alimentou o florescimento dos discursos sobre o “declínio americano” e sobre futuras hegemonias alternativas (Europa, Japão e depois China).

É o momento do gaullismo. De Gaulle considera que o objetivo dos Estados Unidos após 1945 é o controle de toda a região eurasiática. E que Washington, utilizando a ameaça de uma “agressão” de Moscou, ameaça na qual não acreditava, estava decidido a avançar seus peões destruindo a Europa – a Europa “verdadeira”, do Atlântico aos Urais, incluindo a “Rússia soviética”. Acredito que sua análise era realista e correta. Mas era somente ele a propô-la. A contra-estratégia que propunha ao “atlantismo” desencadeado por Washington fundava-se sobre a reconciliação franco-alemã, sobre cuja base a construção de uma Europa “não-americana” podia ser concebida, desde que se tivesse o cuidado de excluir a Grã-Bretanha, considerada exatamente como o cavalo de Tróia do atlantismo. Então, a Europa em questão poderia abrir-se para uma reconciliação com a Rússia soviética. Reconciliar e reaproximar os três grandes povos europeus – franceses, alemães e russos – poria fim definitivamente ao projeto americano de domínio do mundo. Assim, o conflito interno que cinde o projeto europeu pode ser resumido na opção entre duas alternativas: uma Europa (atlântica) como projeto americano ou uma Europa (que nessa perspectiva incluía a Rússia) não-atlântica. Esse conflito permanece ainda não resolvido. Mas a evolução posterior dos acontecimentos – o fim do gaullismo, a admissão da Grã-Bretanha à Europa, a ampliação da Europa ao Leste, a derrota soviética – até agora favoreceu aquilo que chamo de “desenvolvimento do projeto europeu” e sua “diluição dúplice na globalização econômica neoliberal e no alinhamento político-militar com Washington”.³ Por outro lado, essa evolução reforça a solidez do caráter coletivo do imperialismo da tríade.



CHARLES DE GAULLE

Porém, trata-se de uma transformação qualitativa “definitiva” (não conjuntural)? Implicará forçosamente algum tipo de *liderança* dos Estados Unidos? Antes de tentar responder a essas questões torna-se necessário explicitar com maior precisão em que consiste o “projeto” dos Estados Unidos.

O PROJETO DA CLASSE DIRIGENTE DOS ESTADOS UNIDOS: ESTENDER A DOCTRINA MONROE A TODO O PLANETA

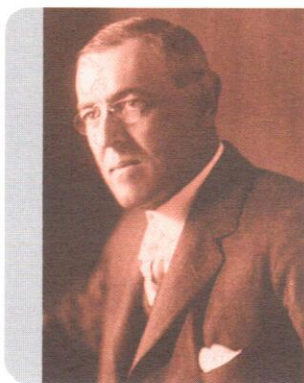
Esse projeto, que sem hesitar definirei como desmesurado, quase demencial, e também criminal pelo que implica, não nasceu da cabeça do presidente Bush filho para ser posto em prática por uma junta de extrema direita, elevada ao poder através de um golpe de Estado após eleições duvidosas.

Ao contrário, esse é o projeto que a classe dirigente dos Estados Unidos persegue desde 1945 e que nunca mais abandonou, mesmo se a sua implantação, com toda a evidência, tenha sofrido altos e baixos, enfrentado diversas vicissitudes e chegado perto do fracasso, não podendo ser implementado com coerência e violência senão em mo-

³ Samir Amin, *L'hégémonie des Etats Unis et l'effacement du projet européen* (Paris: Harmattan, 2000).

mentos conjunturais como o nosso, após a derrota da União Soviética. Esse projeto sempre atribuiu um papel decisivo à dimensão militar. Foi concebido após Postdam, como recordei, sobre a base do monopólio nuclear. Muito rapidamente os Estados Unidos elaboraram uma estratégia militar global, dividindo o planeta em regiões, cada uma delas entregue à responsabilidade do controle de um “US Military Command”. Remeto ao que escrevi sobre esse tema antes ainda da derrota da URSS, e sobre a posição privilegiada ocupada pelo Oriente Médio nessa visão estratégica global.⁴ O objetivo não era somente “cercar a URSS” (e a China), mas dispor também dos meios que tornassem Washington o dono em última instância de todas as regiões do planeta. Dito de outra forma, de estender a todo o planeta a doutrina Monroe, que efetivamente atribui aos Estados Unidos o “direito” exclusivo de gerir todo o Novo Mundo em função do que definiram como sendo os seus “interesses nacionais”.

O projeto implica que “a soberania dos interesses nacionais dos Estados Unidos” seja colocada acima de todos os outros princípios que regulam os comportamentos políticos considerados como meios “legítimos”, desenvolvendo uma desconfiança sistemática diante de todo direito internacional. Certamente que os imperialismos do passado não se comportavam de maneira diversa, e aqueles que tentam diminuir a responsabilidade – e os comportamentos criminais – do *establishment* americano no momento atual, buscando “desculpas”,⁵ retomam este mesmo argumento – aquele dos antecedentes históricos indiscutíveis.



WOODROW WILSON

Mas isso precisamente quisemos mudar na história, tal como foi tentado após 1945. O conflito entre imperialismos e o desprezo pelo direito internacional por parte das potências fascistas produziram os horrores da Segunda Guerra Mundial, e por isso a ONU foi criada sobre um novo princípio que proclama o caráter ilegítimo da guerra. Os Estados Unidos – poderão dizer – não somente adotaram plenamente esse princípio, mas foram os seus primeiros iniciadores. Logo em seguida ao fim da Primeira Guerra Mundial o presidente Wilson preconizava refundar a política internacional em princípios claramente diversos daqueles que, do Tratado da Westfália (1648) em diante, deram à soberania dos Estados monárquicos e depois à soberania das nações mais ou menos democráticas aquele caráter absoluto, questionado pelo desastre que se abateu sobre a civilização moderna. Pouco importa se as vicissitudes da política interna dos Estados Unidos tenham adiado a implementação desses princípios. F. Roosevelt, e inclusive o seu sucessor H. Truman desenvolveram um papel decisivo na definição do novo conceito de multilateralismo e na condenação concomitante da guerra, base da Carta das Nações Unidas.

Essa bela iniciativa – apoiada então por todos os povos do mundo – e que representa efetivamente um salto qualitativo, abrindo a via para o progresso da civilização, nunca convenceu completamente as classes dirigentes dos Estados Unidos. As autoridades de Washington sempre se sentiram incomodadas dentro da ONU e hoje proclamam abertamente o que foram forçados a esconder até esse momento: que não aceitam nem mesmo o conceito de um direito internacional superior ao que consideram a necessidade de defesa de seus “interesses nacionais”. Não creio que seja aceitável encontrar desculpas

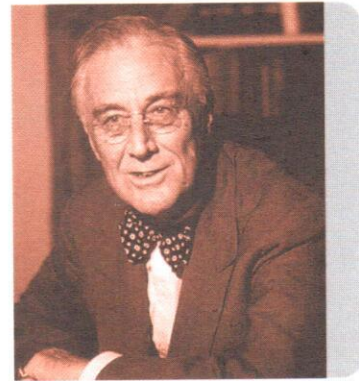
⁴ Samir Amin *et al.*, *Les enjeux stratégiques en Méditerranée*, primeira parte (Paris: Harmattan, 1992).

⁵ Como, por exemplo, Gerard Chaliand & Arnaud Blin, *America is Back* (Paris: Bayard, 2003).

ante esse retorno à concepção que os nazistas desenvolveram em seu tempo, ao pretenderem a destruição da Sociedade das Nações. A defesa apaixonada do direito, feita com inteligência e elegância pelo ministro francês Villepin no Conselho de Segurança, não constitui um “olhar nostálgico ao passado”, mas se constitui, ao contrário, num reclamo do que deve ser o futuro. São os Estados Unidos que, em algumas ocasiões, defenderam um passado que se considerava definitivamente superado.

A implantação do projeto passou necessariamente por fases sucessivas determinadas pela realidade das relações de força específicas que a definem. No imediato pós-guerra a liderança americana era não somente aceita, mas mesmo solicitada pela burguesia na Europa e no Japão. Se a realidade da ameaça de uma “invasão soviética” podia vencer somente os débeis de espírito, sua evocação servia eficientemente para beneficiar tanto a direita quanto os social-democratas, que mantinham sob controle os primos e adversários comunistas. Então podia-se acreditar que o caráter coletivo do novo imperialismo decorria somente desse fator político e que – uma vez recuperado o atraso diante dos Estados Unidos – a Europa e o Japão buscariam livrar-se da tutela inoportuna e já inútil de Washington. Não foi este o caso. Por quê?

Para explicá-lo é necessário recordar o grande crescimento dos movimentos de libertação nacional na Ásia e na África – a época de Bandung 1955-1975 –⁶ e o apoio que a União Soviética e a China lhes deram (cada uma à sua maneira). O imperialismo era obrigado então não só a suportar e aceitar a coexistência pacífica com uma vasta área que lhe escapava completamente de controle (o mundo “socialista”), mas também a negociar os termos de participação dos países da Ásia e da África no sistema imperialista mundial. O alinhamento do coletivo da tráfade sob a liderança americana parecia útil para gerir as relações Norte-Sul da época. Esse é o motivo pelo qual os não-aliados se encontraram diante de um “bloco ocidental” praticamente sem brechas.



FRANKLIN ROOSEVELT

A derrota da União Soviética e o enfraquecimento dos regimes nacionalistas e populistas oriundos dos movimentos de libertação nacional possibilitaram que o projeto dos Estados Unidos se expandisse com extremo vigor, sobretudo no Oriente Médio, porém também na América Latina e na África. Seja como for, o projeto permanece a serviço do imperialismo coletivo, pelo menos até certo ponto (explicitarei melhor depois). O governo econômico do mundo sob a base dos princípios do neoliberalismo, exercido pelo G7 e pelas instituições a seu serviço (OMC, Banco Mundial, FMI, etc.), os planos de reajustes estruturais impostos impiedosamente ao Terceiro Mundo, são expressão disso. Também sob o plano político é perceptível que num primeiro momento europeus e japoneses aceitaram aliar-se em torno do projeto dos Estados Unidos, por ocasião da Guerra do Golfo (1991), depois na guerra da Iugoslávia e na Ásia central (2002), aceitando marginalizar a ONU em favor da Otan. Esse primeiro momento ainda não foi de todo superado, mesmo quando alguns sinais apontam para uma possível fratura iniciada com a guerra no Iraque (2003).

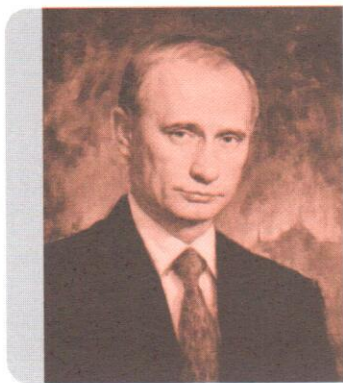
A classe dirigente dos Estados Unidos proclama sem reticência alguma que não “tolerará” a reconstrução de nenhuma potência política e militar capaz de por em discus-

⁶ Samir Amin, *La faillite du développement*, capítulo II (Paris: Harmattan, 1989).

são o seu monopólio de dominação do planeta, e para esse fim se atribui o direito de conduzir “guerras preventivas”. Mas existem três possíveis adversários.

Em primeiro lugar a Rússia, cujo desmembramento – após aquele da URSS – constitui um dos maiores objetivos estratégicos dos Estados Unidos. Parecia que a classe dirigente russa até o momento não houvesse compreendido isso. Ela parecia convencida de que depois de “perder a guerra”, pudesse “vencer a paz”, como haviam feito a Alemanha e o Japão. Esquecia que Washington tinha necessidade da ressurreição dos dois adversários da Segunda Guerra Mundial precisamente para enfrentar o desafio soviético. A nova conjuntura é diferente, já que os Estados Unidos não têm mais nenhum concorrente importante, e sua opção é destruir completa e definitivamente o adversário russo derrotado. Será que Putin entendeu isso? Conseguirá retirar a Rússia de suas ilusões?

Em segundo lugar, a China: sua grande extensão e seu êxito econômico incomodam os Estados Unidos, que têm como objetivo estratégico o desmembramento daquele grande país.⁷



VLADIMIR PUTIN

A Europa vem em terceiro lugar na visão global dos novos donos do mundo. Porém, nesse caso o *establishment* americano não parece muito preocupado, pelo menos até hoje. O atlantismo incondicionado de uns (Grã-Bretanha e os novos governos servis do Leste Europeu), a “areia movediça do projeto europeu”, sobre o qual voltarei mais adiante, os interesses convergentes do capital dominante do imperialismo coletivo da tríade, contribuem para atenuar o projeto europeu, mantendo-o na condição de “desenvolvimento europeu do projeto dos Estados Unidos”. A diplomacia de Washington conseguiu manter a Alemanha em seu próprio caminho; a reunificação e a conquista da Europa do Leste parecem reforçar a aliança. A Alemanha estaria

sendo encorajada a retomar a sua tendência tradicional de “expansão para o Leste”: o papel desempenhado por Berlim no desmembramento da Iugoslávia, com o reconhecimento precipitado da independência da Eslovênia e da Croácia, expressa claramente isso.⁸ E, no restante, a Alemanha sempre foi estimulada a trilhar o caminho de Washington. Existe alguma mudança de direção à vista? A classe política alemã parece hesitante e talvez dividida em relação às escolhas estratégicas. A alternativa ao alinhamento atlântico – que parece ter vento em popa – exige, em contrapartida, o reforço de um eixo Paris-Berlim-Moscou, que se tornaria a pilastra mais sólida de um eventual sistema europeu independente de Washington. Podemos agora retornar a nossa questão central: a natureza e a solidariedade eventual do imperialismo coletivo da tríade, as contradições e fraquezas da *liderança* americana.

□ IMPERIALISMO COLETIVO DA TRÍADE E A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: SUA ARTICULAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

O mundo de hoje é militarmente unipolar. Simultaneamente, parece delinear-se fraturas entre os Estados Unidos e certos países europeus em relação à gestão política de

⁷ Samir Amin, *Les défis de la mondialisation*, capítulo VII (Paris: Harmattan, 1996).

⁸ Samir Amin, *L'ethnie à l'assaut des nations* (Paris: Harmattan, 1994).

um sistema globalizado e já alinhado em seu conjunto sobre os princípios do liberalismo, pelo menos em princípios. Tais fraturas são meramente conjunturais e de alcance limitado ou anunciam modificações duradouras? Será necessário analisar em toda a sua complexidade, seja a lógica que determina o curso da nova fase do imperialismo coletivo (as relações Norte-Sul, na linguagem corrente), sejam os objetivos específicos do projeto americano. Nesse espírito, abordarei sucintamente e sucessivamente cinco séries de questões:

Considerações sobre a natureza das transformações que levaram à constituição do novo imperialismo coletivo

Sugiro aqui que a formação do novo imperialismo coletivo origina-se da transformação das condições da concorrência. Ainda há poucos decênios as grandes empresas travavam suas batalhas concorrenciais essencialmente no contexto dos mercados nacionais, quer se tratasse dos Estados Unidos (o maior mercado do mundo) ou dos Estados europeus (malgrado seu tamanho reduzido, que implicava desvantagens diante dos Estados Unidos). Os vencedores do “match” nacional podiam se apresentar em boa posição no mercado mundial. Na atualidade, o tamanho do mercado necessário para vencer a primeira fase do “match” se aproxima dos 500-600 milhões de “consumidores potenciais”. Logo, a batalha foi transferida para o mercado mundial e a vitória deve ser buscada nesse terreno. Os vencedores se impõem também sobre os respectivos terrenos nacionais. A mundialização profunda se torna o cenário principal da atividade das grandes empresas. Em outras palavras, no par nacional/mundial os termos de causalidade são invertidos: em outros tempos o poder nacional determinava a presença mundial, na atualidade ocorre o inverso. Por isso, as grandes empresas transnacionais, qualquer que seja a sua nacionalidade, possuem interesses comuns na gestão do mercado mundial. Esses interesses acabam se sobrepondo aos conflitos mercantis permanentes que definem todas as formas de concorrência próprias do capitalismo.

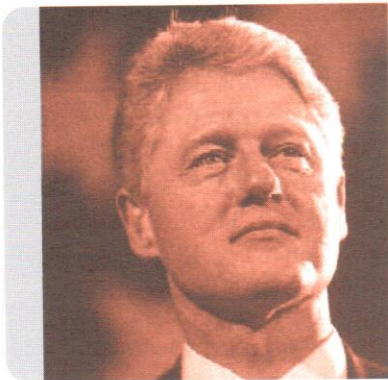
A solidariedade dos segmentos dominantes do capital transnacional de todos os componentes da tríade é um fato real, e se expressa em sua filiação ao neoliberalismo globalizado. Nesta perspectiva, os Estados Unidos são vistos como os defensores (militares, se necessário) desses “interesses comuns”. Porém, Washington não pretende dividir eqüanamente as vantagens de sua liderança. Ao contrário, os Estados Unidos se esforçam em transformar seus próprios aliados em vassalos, oferecendo a esses aliados subalternos somente concessões de pouca importância. Esse conflito de interesses entre o capital dominante poderá agravar-se a ponto de provocar uma ruptura na aliança atlântica? Não parece impossível; porém, é bastante improvável.

Considerações sobre a posição dos Estados Unidos na economia mundial

A opinião corrente é que a capacidade militar dos Estados Unidos constitui somente a ponta do iceberg, já que sua superioridade se estenderia a todos os demais setores, em particular ao setor da economia, mas também aos setores da política e da cultura. Conseqüentemente seria inevitável sujeitar-se à sua hegemonia, tal como pretendem. Em contrapartida, afirmo que no sistema do imperialismo coletivo os Estados Unidos não dispõem de vantagens econômicas decisivas, pois o sistema produtivo americano está longe de ser “o mais eficiente do mundo”. Ao contrário, quase nenhum de seus segmentos específicos poderia vencer com tranquilidade os concorrentes na situação de um mercado verdadeiramente aberto, como imaginam os economistas liberais. Testemunha disso é o déficit comercial dos Estados Unidos, que se agrava ano a ano, saltando de

100 bilhões em 1989 para 500 bilhões de dólares em 2002. E, além do mais, esse déficit afeta todos os segmentos do setor produtivo. Da mesma forma, o excedente de que se beneficiavam os Estados Unidos no segmento de bens de alta tecnologia, que era de 35 bilhões de dólares em 1990, também já se transformou em déficit. A concorrência entre Ariane e os foguetes da Nasa, entre Airbus e Boeing, demonstram a vulnerabilidade da vantagem americana. Diante da Europa e do Japão na produção de bens de alta tecnologia; da China, da Coréia e de outros países industrializados da Ásia e da América Latina na produção de manufaturas mais simples e diante da Europa e do Cone Sul da América Latina na agricultura, os Estados Unidos não venceriam sem recorrer a meios “extra-econômicos” que violam os princípios do liberalismo impostos aos concorrentes.

De fato, os Estados Unidos se beneficiam de vantagens comparativas estáveis somente no segmento bélico, precisamente por se tratar de um segmento que foge às regras do mercado e se beneficia do apoio estatal. Sem dúvida, essas vantagens trazem alguns benefícios para a esfera civil (a internet é o exemplo mais evidente), porém, é igualmente a causa de sérias distorções que constituem *handicaps* para vários setores produtivos.



BILL CLINTON

A economia americana vive como parasita em detrimento de seus parceiros do sistema mundial. “Os Estados Unidos dependem para 10% de seu consumo industrial de bens cuja importação não é coberta por exportações de produtos nacionais”, recorda Emmanuel Todd.⁹ O mundo produz, os Estados Unidos (onde a poupança nacional é praticamente nula) consomem. A “vantagem” dos Estados Unidos é a de um predador cujo déficit é coberto pelo aporte de outros, com seu próprio consentimento ou à força. Os meios utilizados por Washington para compensar suas deficiências são de natureza diversa: violações unilaterais e repetidas dos princípios do liberalismo, exportação de armas e

busca de ganhos exorbitantes no setor petrolífero (que supõe a dominação dos países produtores, um dos motivos reais das guerras na Ásia Central e no Iraque). Porém, a maior parte do déficit americano é coberta pelo aporte de capitais provenientes da Europa e do Japão, do Sul (países petrolíferos ricos e classes compradoras de todos os países do Terceiro Mundo, incluindo os mais pobres), aos quais poderíamos incluir a transferência de riqueza em decorrência da dívida externa, imposta à quase totalidade dos países da periferia do sistema mundial.

O crescimento dos anos Clinton, louvado como produto do liberalismo ao qual a Europa infelizmente não soube resistir, é fictício e não generalizável, porque se funda sobre a transferência de capitais que implica a estagnação de seus parceiros. O crescimento dos Estados Unidos, em todos os setores do sistema produtivo real, não foi superior ao crescimento europeu. O “milagre americano” se abasteceu exclusivamente do crescimento das despesas oriundas do agravamento das desigualdades sociais (serviços financeiros e pessoais: legiões de advogados e de serviços privados de segurança, etc.). Nesse sentido, o liberalismo de Clinton apenas preparou as condições que permitiram a retomada reacionária e a vitória de Bush filho.

As causas do debilitamento do sistema produtivo dos Estados Unidos são complexas. Elas não são conjunturais e, portanto, passíveis de correção com a adoção de uma

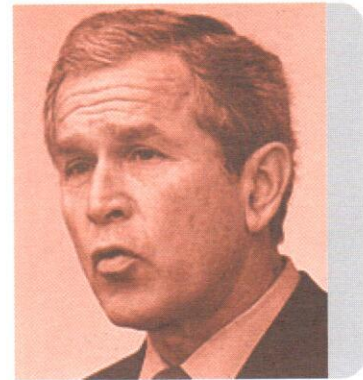
⁹ Emmanuel Todd, *Après L'empire* (Paris: Gallimard, 2002).

taxa de câmbio correta ou de relações mais favoráveis entre salários/produzividade. Elas decorrem de causas estruturais. A mediocridade do sistema geral de ensino e de formação, e o preconceito tenaz que favorece sistematicamente o “privado” em detrimento do público, constituem os motivos mais importantes da crise profunda que atravessa a sociedade americana.

Deveríamos nos admirar que os europeus, ao contrário de tirar as conseqüências impostas pela constatação da insuficiência da economia americana, se esforçam por imitá-los. Também nesse caso, somente o vírus liberal não explica tudo, ainda que exerça alguma função útil para o sistema, paralisando a esquerda. A privatização levada às últimas conseqüências e o desmantelamento dos serviços públicos só podem reduzir as vantagens comparativas de que ainda conta a “velha Europa” (como a define Bush). Mas, sejam quais forem os danos que produzirão a longo prazo, essas medidas oferecem ao capital dominante, que tem ciclos curtos, a oportunidade de ganhos suplementares.

Considerações sobre os objetivos do projeto dos Estados Unidos

A estratégia hegemônica dos Estados Unidos se situa no âmbito do novo imperialismo coletivo. Os “economistas convencionais” não dispõem de instrumentos analíticos que lhes permitam compreender toda a importância do primeiro desses objetivos. Nós os ouvimos repetir *ad nauseam* que na “nova economia” o fornecimento de matérias-primas pelo Terceiro Mundo está destinado a perder importância e que, de fato, esse fornecimento se tornará cada vez mais marginal no sistema mundial. Em corroboração a esse discurso ingênuo e vazio (o *Mein Kampf* da nova administração de Washington),¹⁰ se admite que os Estados Unidos arroguem a si o direito de apropriar-se de todos os recursos naturais do planeta para satisfazer prioritariamente às próprias exigências de consumo.



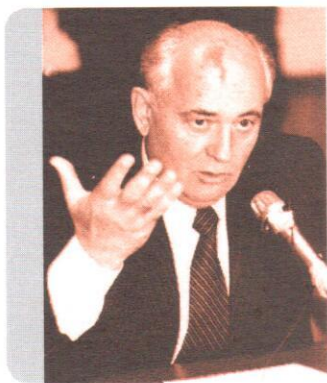
GEORGE W. BUSH

A corrida pelas matérias-primas (principalmente o petróleo; mas também outros recursos, como a água) assumiu toda a sua virulência. Ainda mais agora que esses recursos correm o risco de escassez, não somente em decorrência do aumento do desperdício representado pelo consumismo ocidental, mas também em decorrência da nova industrialização das periferias.

Por outro lado, um grande número de países do sul está destinado a converter-se em produtores industriais importantes, seja para seus respectivos mercados internos, seja para o mercado mundial. Importadores de tecnologias e de capitais, mas também concorrentes nas exportações, estão destinados a adquirir um peso sempre crescente no equilíbrio econômico mundial. E não se trata apenas de alguns países do Leste asiático, como a Coreia, mas da imensa China e, no futuro, da Índia e dos grandes países da América Latina. Longe de ser um fator de estabilidade, a aceleração da expansão capitalista no Sul não pode deixar de gerar conflitos violentos, internos e internacionais. Pois tal expansão não pode absorver, nas condições da periferia, a enorme reserva de força de trabalho que ali se encontra concentrada. Nesse sentido, as periferias do sistema continuam a ser “zonas de tempestade”. Conseqüentemente, os centros do sistema capitalista necessitam continuar exercendo o domínio sobre as periferias, submetendo seus povos à disciplina implacável necessária à satisfação de suas prioridades.

¹⁰ *The National Security Strategy of the United States*, 2002.

Nessa perspectiva, o *establishment* americano entendeu perfeitamente que para manter a sua hegemonia dispunha de três vantagens decisivas sobre seus concorrentes europeus e japoneses: o controle dos recursos naturais do globo terrestre, o monopólio militar e o peso da “cultura anglo-saxã”, através da qual se expressa preferencialmente a dominação ideológica do capitalismo. O uso sistemático dessas três vantagens esclarece muitos aspectos da política dos Estados Unidos, em particular os esforços sistemáticos para o controle militar do Oriente Médio e do petróleo, a estratégia ofensiva diante da Coreia (aproveitando-se da “crise financeira” do país) e à China, o jogo sutil que visa perpetuar as divisões na Europa (mobilizando para esse fim o aliado britânico) e impedir uma aproximação séria entre a União Européia e a Rússia. Em relação ao plano de controle global dos recursos do planeta, os Estados Unidos dispõem de uma vantagem decisiva sobre a Europa e o Japão. Não somente porque os Estados Unidos são a única potência militar mundial e, sem eles, não se pode intervir militarmente no Terceiro Mundo. Mas, de novo, porque a Europa (excluindo a ex-União Soviética) e o Japão são desprovidos de recursos essenciais para a sobrevivência de suas economias. Por exemplo, a



MIKHAIL GORBATCHOV

sua dependência no setor energético e, em particular, sua dependência do petróleo do Golfo, é e continuará considerável por um longo tempo, mesmo que decresça em termos relativos. Apropriando-se militarmente do controle da região por meio da guerra no Iraque, os Estados Unidos demonstraram estar perfeitamente conscientes da utilidade desse meio de pressão de que dispõem nos confrontos diante de seus aliados competidores. Anteriormente, o poder soviético havia compreendido bem essa vulnerabilidade da Europa e do Japão; e certas intervenções soviéticas no Terceiro Mundo tiveram o objetivo de lembrá-los disso, de modo a forçá-los a negociar sob outros termos. É evidente que as deficiências da Europa e do Japão poderiam ser compensadas com uma aproximação séria entre a Europa e a Rússia (a “casa comum” de Gorbatchov). Por essa razão, a perspectiva de uma construção eurasiática é vista por Washington como um verdadeiro pesadelo.

Considerações sobre os conflitos que opõem os Estados Unidos e seus parceiros da tríade

Se os parceiros da tríade compartilham interesses comuns na gestão mundial do imperialismo coletivo em suas relações com o Sul, não obstante se encontram numa relação marcada por sérios conflitos potenciais. A superpotência americana existe graças ao fluxo de capitais que alimenta o parasitismo de sua economia e de sua sociedade. A vulnerabilidade dos Estados Unidos constitui, portanto, uma séria ameaça ao projeto de Washington.

A Europa em particular, mas o resto do mundo em geral, deverá escolher entre as duas opções estratégicas seguintes: utilizar o excedente de capitais (a poupança) disponível para financiar o déficit dos Estados Unidos (de consumo, de investimentos e de despesas militares) ou conservá-lo e investi-lo em benefício próprio.

Os economistas convencionais ignoram o problema, defendendo a hipótese (que não tem nenhum sentido) de que a globalização, ao suprimir as nações, fez com que as grandezas econômicas (poupança e investimentos) não mais pudessem ser geridas “a nível nacional”. Trata-se de um raciocínio tautológico, em que a conclusão a que se quer

chegar já está implícita nas premissas: justificar e aceitar o financiamento do déficit americano por parte dos outros, já que depois – em âmbito mundial – será fácil encontrar a igualdade entre poupança e investimentos.

Por que um raciocínio desse tipo é aceito? Sem dúvida, as equipes de “sábios economistas” que circundam as classes políticas européias (e outras, como as russas e chinesas), da direita ou da esquerda eleitoral, são elas mesmas vítimas da alienação economicista, do que denomino “vírus liberal”. Além disso, essa opção expressa de fato o juízo político do grande capital transnacional, que considera que as vantagens obtidas pela gestão do sistema globalizado por parte dos Estados Unidos em nome do imperialismo coletivo são superiores aos seus inconvenientes: o tributo que deve ser pago a Washington para garantir-lhes o funcionamento do sistema. Já que se trata mesmo de um “tributo”, e não de um “investimento” garantido e de alta rentabilidade. Existem até países definidos como “países pobres devedores” que são obrigados a garantir o pagamento dos juros de suas dívidas, seja qual for o seu valor. Mas existe também um “poderoso país devedor” que dispõe de meios que lhe permitiria desvalorizar a sua dívida, caso fosse necessário.

A outra opção consistiria, para a Europa e para o resto do mundo, em pôr fim às transfusões em favor dos Estados Unidos. O excedente poderia então ser utilizado em benefício próprio, na Europa, para a retomada do crescimento econômico. Já que a transfusão exige que os europeus se submetam a políticas “deflacionárias” (termo impróprio da linguagem econômica convencional), melhor definidas como “estagnacionistas”, para extrair um excedente de poupança exportável. A retomada do crescimento na Europa, sempre medíocre, depende assim da retomada do crescimento dos Estados Unidos, sustentada de modo artificial. Ao contrário, a mobilização do excedente para a criação de postos de trabalho na Europa permitiria retomar simultaneamente o consumo (reconstruindo a dimensão social devastada pelo vírus liberal) e os investimentos, em particular de novas tecnologias (financiamento de pesquisas nessa área) e também as despesas militares (pondo fim à vantagem dos Estados Unidos nesse setor). A opção em favor dessa resposta ao desafio implica um reequilíbrio das relações sociais em favor das classes trabalhadoras. Assim, os conflitos entre nações e as lutas sociais se articulam desse modo. Em outros termos, o antagonismo entre Estados Unidos e Europa não opõe fundamentalmente os interesses dos segmentos dominantes do capital dos diversos parceiros. Ele é resultado principalmente da diversidade de suas respectivas culturas políticas.

Considerações sobre as questões teóricas sugeridas pelas reflexões precedentes

A cumplicidade/concorrência entre os parceiros do imperialismo coletivo pelo controle do sul, a rapina dos recursos naturais e a submissão dos povos podem ser analisados a partir de pontos de vista diferentes. Nesse sentido, farei três observações que me parecem importantes:

Primeira observação: o sistema mundial contemporâneo, que defino como imperialismo coletivo, não é “menos” imperialista do que os precedentes. Tampouco é um “imério” de natureza “pós-capitalista”. Em outro lugar, iniciei uma crítica às formulações ideológicas de “ocultamento” que alimenta o discurso dominante da moda (*air du temps*).¹¹

Segunda observação: propus uma leitura da história do capitalismo, globalizado desde suas origens, centrada sobre a distinção entre as diversas fases do imperialismo

¹¹ Ver nota 2.

(das relações entre centros e periferias). Naturalmente, existem outras leituras dessa mesma história, em especial aquela que se articula à “sucessão de hegemonias”.¹²

Não obstante, tenho algumas reservas em relação a essa leitura. Em primeiro lugar, em essência, porque é “ocidentalocêntrica”, no sentido em que considera que as transformações que operam no coração do sistema, em seus centros, como elementos que determinam de maneira decisiva, e quase exclusiva, a evolução global do sistema. Ao contrário, acredito que as reações dos povos da periferia do processo de desenvolvimento imperialista não devem ser subestimadas, já que não podemos negar que levaram à independência do continente americano, às grandes revoluções em nome do socialismo (Rússia e China) e à reconquista da independência por parte dos países asiáticos e africanos. E, além disso, não creio que se possa compreender a evolução do capitalismo mundial sem levar em consideração os “afastamentos” que essas transformações impuseram ao capitalismo central.

Em segundo lugar, porque me parece que a história do imperialismo se desenvolve mais através do conflito entre imperialismos do que com o tipo de “ordem” que as hegemonias sucessivas impõem ao longo do tempo. Os períodos de aparente “hegemonia” foram sempre muito breves e a hegemonia em questão, bastante relativa.

Terceira observação: a mundialização não é sinônimo de “unificação” do sistema econômico mediante a “abertura desregulada dos mercados”. Esta última, em suas formas históricas sucessivas (“liberdade de comércio” no passado; “liberdade de imprensa” atualmente), sempre representou o projeto do capital dominante. No entanto, quase sempre esse projeto foi obrigado a se ajustar a exigências exteriores à sua lógica interna. Portanto, jamais foi implementado senão em breves momentos da história. O “livre comércio” promovido pela maior potência industrial da época, a Grã-Bretanha, somente foi efetivo por duas décadas, de 1860 a 1880; e depois, por um século, de 1880 a 1980, a característica dominante foi o conflito entre imperialismos e a forte desconexão dos países ditos socialistas (a partir da revolução russa de 1917 e depois da revolução chinesa). E, mais adiante, pela desconexão mais modesta dos países de nacionalismo populista (a época de Bandung para a Ásia e África, de 1955 a 1975). O momento atual de reunificação do mercado mundial (a “livre empresa”), inaugurado pelo neoliberalismo a partir de 1980, e estendido a todo o planeta depois do colapso soviético, provavelmente não está destinado a melhor sorte. O caos que está gerando, termo que utilizo para designar esse sistema desde 1990, testemunha seu caráter de “utopia permanente do capital”.¹³

O ORIENTE MÉDIO NO SISTEMA IMPERIALISTA

O Oriente Médio, com suas ramificações em direção ao Cáucaso e Ásia Central ex-soviética, ocupa uma posição de importância particular na geopolítica do imperialismo e, singularmente, no projeto hegemônico dos Estados Unidos. A importância da região se deve a três fatores: sua riqueza em petróleo, sua posição geográfica estratégica no centro do Velho Mundo e sua condição de *ventri molli* do sistema mundial.

O acesso ao petróleo relativamente barato é vital para a economia da tráfede dominante: e o melhor meio para garantir o acesso ao petróleo consiste em assegurar o controle político da região.

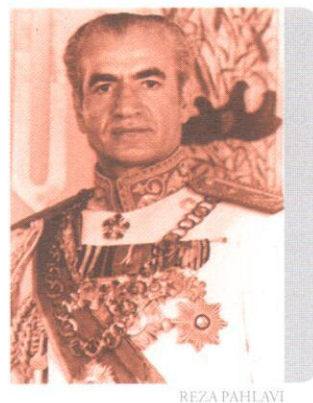
¹² Samir Amin, *Les défis de la mondialisation*, cit., capítulo III.

¹³ Samir Amin, *L'empire du chaos* (Paris: Harmattan, 1991).

Mas a região é importante também devido à sua posição geográfica, localizada no centro do Velho Mundo, equidistante de Paris, Pequim, Singapura e Johannesburgo. Na Antiguidade, o controle desse lugar de passagem obrigatória deu ao califado o privilégio de extrair os maiores benefícios da mundialização da época.¹⁴ Após a Segunda Guerra Mundial, a região – situada no flanco sul da União Soviética – ocupava, por isso, um papel importante na estratégia de contenção militar da potência soviética. E a região não perdeu a sua importância, malgrado o colapso do adversário soviético; pois, instalando-se na região, os Estados Unidos poderiam simultaneamente submeter a Europa (que depende da área para o seu abastecimento energético) e sujeitar a Rússia, a China e a Índia a uma chantagem permanente reforçada pela ameaça de intervenção militar, caso necessário. O controle da região permitiria efetivamente estender a doutrina Monroe ao Velho Mundo, o que constitui o objetivo do projeto hegemônico dos Estados Unidos.

Os esforços efetuados com constância e continuidade por Washington desde 1945 para assegurar o controle da região – excluindo dali ingleses e franceses – não foram até agora coroados de êxito. Recordemos o fracasso da tentativa de integrar a região à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) através do pacto de Bagdá, e mais tarde a queda do xá do Irã, Reza Pahlavi, um de seus aliados mais fiéis.

A impossibilidade do controle da região decorria do fato de que o projeto populista nacionalista árabe (e iraniano) entrava radicalmente em conflito com os objetivos da hegemonia americana. O projeto árabe nutria a ambição de impor às grandes potências o reconhecimento da independência do mundo árabe. Esse era o sentido do “não-alinhamento” formulado em 1955 em Bandoung, pelo conjunto dos movimentos de liberação dos povos da Ásia e da África, que então ia de vento em popa. Os soviéticos compreenderam rapidamente que seu apoio a tal projeto colocaria em xeque os planos agressivos de Washington.



REZA PAHLAVI

Aquela época histórica já foi superada: em primeiro lugar, porque o projeto nacionalista e populista do mundo árabe exauriu rapidamente seu potencial transformador e os poderes nacionalistas se converteram em ditaduras sem qualquer programa. O vazio criado por esta deriva forneceu as condições para a ascensão do Islã político e das autocracias obscurantistas do Golfo, aliados preferenciais de Washington. A região se converteu num dos *ventri molli* do sistema global, produzindo conjunturas que permitiram intervenções estrangeiras (inclusive intervenções militares) que os regimes instalados no poder não têm como conter – ou mesmo desencorajar – por falta de legitimidade junto aos seus respectivos povos.

A região constituía – e continua constituindo – na estratégia geopolítica mundial americana uma zona considerada altamente prioritária (como o Caribe), isto é, uma zona na qual os Estados Unidos se atribuíram o “direito” de intervenção militar. O que não deixaram de fazer a partir de 1990.

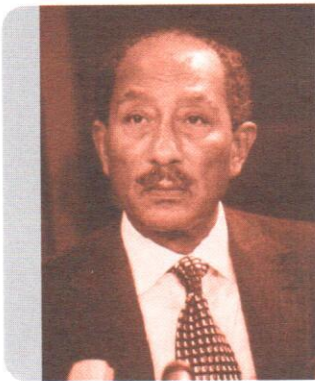
Os Estados Unidos operam no Oriente Médio em estreita colaboração com seus dois aliados mais fiéis – a Turquia e Israel. A Europa é mantida fora da região, aceitando que os Estados Unidos defendam sozinhos os interesses da tríade, ou seja, garantindo o

¹⁴ Samir Amin, *Les défis de la mondialisation*, cit., capítulos I e II.

abastecimento de petróleo. Apesar dos sinais de irritação evidentes após a guerra do Iraque, os europeus em seu conjunto continuam a trilhar o caminho de Washington.

O expansionismo colonialista de Israel constitui um desafio real. Israel é o único país do mundo que recusa reconhecer fronteiras definitivas (e por esse motivo não teria o direito de ser membro da Organização das Nações Unidas – ONU). Exatamente como os Estados Unidos no século XIX, Israel considera que tem o “direito” de conquistar novas áreas para expandir a sua colonização, tratando os povos que há milênios habitam a região como os americanos trataram os peles-vermelhas. Assim, Israel é o único país do mundo que declara abertamente não respeitar as resoluções da ONU.

A guerra de 1967, planejada em parceria com Washington desde 1965, tinha vários objetivos: estimular o colapso dos regimes nacionalista-populistas, romper sua aliança com a União Soviética, forçá-los a se reposicionar sob a liderança americana e abrir novas terras para a colonização sionista. Nos territórios conquistados em 1967, Israel imediatamente instalava um sistema de *apartheid* inspirado na África do Sul.



ANWAR SADAT

É aqui que os interesses do capital dominante mundial se conciliam com os interesses do sionismo. Já que um mundo árabe modernizado, rico e poderoso questionaria o acesso dos países ocidentais à rapina das reservas petrolíferas, necessária para dar continuidade ao desperdício associado à acumulação capitalista, os poderes políticos dos países da tríade – servos fiéis do capital transnacional dominante – não desejam um mundo árabe moderno e poderoso.

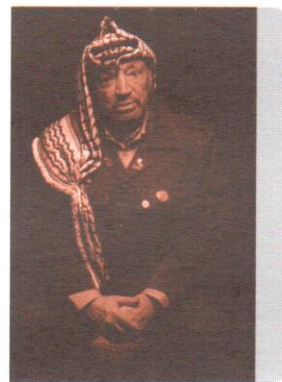
Portanto, a aliança entre as potências ocidentais e Israel está pautada sobre as bases sólidas de seus interesses comuns: não é o resultado do sentimento de culpa dos europeus, responsáveis pelo anti-semitismo e pelos crimes nazistas; tampouco da habilidade do *lobby* judaico para explorar esse sentimento. Se as potências ocidentais sentissem que os seus interesses pudessem ser ameaçados pelo expansionismo colonialista sionista, rapidamente encontrariam os meios para superar seu “complexo de culpa” e neutralizar o *lobby* judaico. Não tenho nenhuma dúvida disso, pois não sou ingênuo para crer que a opinião pública dos países democráticos possa se impor aos seus governos. Sabemos muito bem que a opinião pública pode ser manipulada. Israel seria incapaz de resistir muito tempo às medidas (mesmo moderadas) de um eventual bloqueio imposto pelas potências ocidentais, tal como fizeram com a Iugoslávia, o Iraque e Cuba. Não seria difícil chamar Israel à razão, criando as condições para uma paz verdadeira, se se quisesse. Porém, não se quer.

Imediatamente em seguida à derrota de 1967 Anwar Sadat declarava que, já que os Estados Unidos detinham em suas mãos “90% das cartas” do jogo (essas são suas próprias palavras), era necessário romper com a União Soviética, reintegrada ao campo ocidental, para contar com uma pressão de Washington sobre Israel suficiente para chamá-lo à razão. Além dessa “idéia estratégica” específica de Sadat – e os acontecimentos subsequentes demonstraram a sua inconsistência – a opinião pública árabe permanece majoritariamente incapaz de entender a dinâmica da expansão capitalista mundial e, menos ainda, de identificar as suas contradições e debilidades verdadeiras. Não se ouve dizer e repetir que “os ocidentais há muito tempo compreenderam que é de seu próprio interesse manter boas relações com os duzentos milhões de árabes – seus vizinhos próximos – e não sacrificar essas boas relações através do apoio incondicional a Israel?” Isso significa, implicitamente,

pensar que os “ocidentais” em questão (ou seja, o capital dominante) desejam um mundo árabe modernizado e desenvolvido; não percebendo, ao contrário, que desejam mantê-lo na impotência, e que por isso é muito mais útil apoiar Israel.

A opção escolhida pelos governos árabes – exceto Síria e Líbano – que através das negociações de Madri e de Oslo (1993), os levaram a firmar o plano americano da paz “paz definitiva”, não podia produzir outros resultados senão aqueles que produziu: encorajar Israel a fazer avançar os peões em seu projeto expansionista. Hoje, rejeitando abertamente os termos do “acordo de Oslo”, Ariel Sharon demonstra abertamente aquilo que deveria ter sido entendido antes – que não se tratava de um projeto de “paz definitiva”, mas de iniciar uma nova etapa na expansão colonial sionista.

O estado de guerra permanente que Israel e seus aliados ocidentais impõem à região constituiria, por sua vez, um importante elemento que favorece a perpetuação dos sistemas árabes autocráticos. Esse bloqueio de uma possível evolução democrática enfraquece a possibilidade de renovação árabe, servindo aos interesses do capital dominante e da estratégia hegemônica dos Estados Unidos. O círculo se fecha perfeitamente: a aliança israelense-americana serve perfeitamente aos interesses dos dois parceiros. No primeiro momento, o sistema de *apartheid* posto em prática depois de 1967 deu a impressão de ser capaz de atingir os seus objetivos, administrando a vida cotidiana nos territórios ocupados através da imposição do medo, com uma aparente aceitação por parte do povo palestino. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP), expulsa da região após a invasão do Líbano pelo exército israelense (1982), parecia não ter mais meios – do distante exílio de Tunis – para questionar a anexação sionista.



YASSER ARAFAT

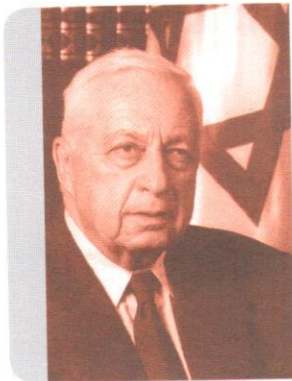
A primeira intifada explodiu em dezembro de 1987. Essa explosão aparentemente “espontânea” expressou a irrupção das classes populares na cena política e, em particular, dos setores mais pobres, confinados nos campos de refugiados. A intifada boicotou o poder israelense organizando uma desobediência civil sistemática. Israel reagiu com brutalidade, porém não conseguiu restabelecer seu poder de polícia, nem retomar o controle sobre as medrosas classes médias palestinas. Ao contrário, a intifada provocou um retorno em massa das forças políticas exiladas, a constituição de novas formas locais de organização e a adesão das classes médias à luta de libertação. A intifada é sustentada sobretudo pelos jovens (*chebab*), inicialmente ainda não integrados nas redes formais da OLP, porém não hostis ou concorrentes a essa organização. Os quatro componentes da OLP (Fath, fiel a seu chefe Yasser Arafat, o FDLP, o FPLP, o Partido Comunista) juntaram-se imediatamente à intifada, conquistando a simpatia da maioria de seus *chebab*. Os Irmãos Mulçumanos, penalizados pela pouca atividade desenvolvida nos anos precedentes, malgrado algumas ações da Jihad islâmica, cederam o posto a uma nova expressão de luta: o Hamas, constituído em 1988.

Enquanto essa primeira intifada, após dois anos de expansão, demonstrava alguns sinais de esgotamento devido à extrema violência da repressão israelense (uso de armas de fogo contra crianças, fechamento da “linha verde” aos trabalhadores palestinos – única fonte de renda para as famílias, etc.), o cenário era montado para uma “negociação” encabeçada pelos Estados Unidos que levou aos acordos de Madri (1991) e depois aos acordos de Oslo (1993). Esses acordos permitiram o retorno da OLP aos territórios ocupados e sua transformação em “Autoridade Palestina” (1994).

Os acordos de Oslo visaram transformar os territórios ocupados em um ou vários Batustões, definitivamente integrados ao espaço israelense. Nesse contexto, a Autoridade Palestina deveria ser apenas um falso Estado – como o Estado do Batustão –, funcionando de fato como correia de transmissão da ordem sionista.

De volta à Palestina, a OLP convertida em Autoridade logo se recompôs, porém não sem algumas ambigüidades. A AP absorveu em sua nova estrutura a maioria dos *chebab* que coordenou a intifada. Ela também logrou êxito em sua legitimação através da consulta eleitoral de 1996, na qual os palestinos participaram em massa (80%), enquanto Arafat era plebiscitariamente reconhecido presidente da AP. No entanto, a Autoridade Palestina permaneceu numa posição ambígua: aceitará exercer as funções que Israel, os Estados Unidos e a Europa lhe atribuíram – a função de “governo de um Batustão” –, ou se colocará ao lado do povo palestino que refuta o jogo?

Exatamente porque o povo palestino rejeita o projeto de um Batustão, Israel decidiu denunciar os acordos de Oslo, dos quais havia ditado diretamente os termos, para substituí-los pelo emprego da força militar pura e simples. A provocação da Esplanada das Mesquitas, posta em marcha pelo criminoso de guerra Ariel Sharon em 1998 (com o apoio do então governo trabalhista que lhe forneceu os tanques) e a eleição triunfal desse mesmo criminoso ao governo de Israel (com a colaboração de “símbolos da paz” como Shimon Peres a tal governo) foram a causa da segunda intifada, em curso na atualidade.



ARIEL SHARON

Se essa intifada conseguirá libertar o povo palestino da submissão planejada ao *apartheid* sionista, é muito cedo para dizer. Em todo caso, hoje é inegável que o povo palestino dispõe de um verdadeiro movimento de libertação nacional, é claro que com suas peculiaridades. O seu estilo não é de “partido único”, nem de aparência (como de fato é) “unânime” e homogênea. É composto de segmentos que conservam a sua própria personalidade, uma concepção específica de futuro e uma ideologia própria, assim como militantes e clientelas próprias, mas que aparentemente sabem se articular para lutar em conjunto.

A derrocada dos regimes de nacionalismo populista e o fim do apoio soviético permitiram aos Estados Unidos implementar seu “projeto” para a região, sem encontrar até o momento obstáculos capazes de revertê-lo.

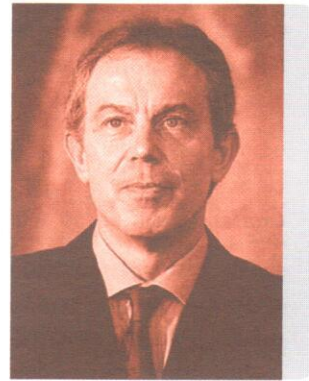
O controle do Oriente Médio é certamente uma peça fundamental do projeto de hegemonia mundial de Washington. Então, como os Estados Unidos planejam manter esse controle? Já há uma década atrás, Washington havia tomado a iniciativa de implantar o estranho projeto de um “mercado comum do Oriente Médio”, no qual os países do Golfo forneceriam os capitais e os outros países árabes a mão-de-obra barata, enquanto se reservaria à Israel o controle tecnológico e as funções de intermediário obrigatório. O projeto foi aceito pelo Egito e pelos países do Golfo, no entanto foi rechaçado pela Síria, pelo Iraque e pelo Irã. Para fazer avançar esse projeto seria necessário abater esses três regimes. Em relação ao Iraque, a tarefa está concluída.

Portanto, o problema é saber que tipo de regime político é necessário para sustentar esse projeto. O discurso propagandístico de Washington fala de “democracias”. De fato, Washington tende a substituir as desgastadas autocracias do populismo já superado pelas novas autocracias obscurantistas pretensamente “islâmicas” (pretensamente em res-

peito à especificidade cultural das “comunidades”). A aliança renovada com um Islã político “moderado” (isto é, capaz de administrar a situação com eficácia suficiente para coibir as derivas “terroristas” – aquelas dirigidas contra os Estados Unidos e somente estas, naturalmente) constitui o eixo das opções políticas de Washington, destacando-se atualmente como a única alternativa possível. Nessa perspectiva é que se buscará a reconciliação com a arcaica autocracia do sistema saudita.

Diante do projeto perseguido pelos Estados Unidos, os europeus criaram seu próprio projeto, batizado de “sociedade euro-mediterrânea”. Um projeto pouco ousado, fundado em discussões estéreis sem prosseguimento; mas que, também este, tinha como escopo “reconciliar os países árabes com Israel”. No entanto, ao defender a exclusão dos países do Golfo do “diálogo euro-mediterrâneo”, os europeus reconheciam implicitamente que aquele território era de pertinência exclusiva de Washington.¹⁵

O contraste evidente entre a audácia temerária do projeto americano e a debilidade do projeto europeu é um forte indicador de que o atlantismo realmente existente ignora o *sharing* (a divisão de responsabilidades e a tomada de decisões conjuntas, colocando em igualdade de condições os Estados Unidos e a Europa). Tony Blair, que se considera o advogado da construção de um mundo “unipolar”, acredita poder justificar essa opção alegando que o atlantismo se fundamenta essencialmente na divisão equipartite de funções (*sharing*). A arrogância de Washington desmente cada vez mais essa esperança ilusória, e o argumento de Blair não passa de um sofisma para enganar a opinião pública europeia. O realismo de Stálin, que havia dito em sua época que os nazistas “não sabiam onde deter-se”, aplica-se literalmente à junta que governa os Estados Unidos. E as “esperanças” que Blair tenta restabelecer muito se assemelham à esperança de Mussolini na possibilidade de chamar Hitler à razão.



TONY BLAIR

É possível outra opção europeia? É possível que ela esteja se delineando? O discurso de Jacques Chirac, que opõe ao mundo “atlântico unipolar” (que ele entende corretamente como sinônimo de hegemonia unilateral dos Estados Unidos, reduzindo o projeto europeu a um simples desdobramento europeu do projeto de Washington) a construção de um mundo “multipolar”, pode prenunciar o fim do atlantismo?

Para que essa possibilidade se torne realidade é preciso que a Europa consiga escapar da areia movediça para a qual vem deslizando.

A AREIA MOVEDIÇA DO PROJETO EUROPEU

Até o momento, todos os governos europeus estão unidos sob as teses do liberalismo. Essa aliança dos Estados europeus não tem outro significado senão o cancelamento do projeto europeu, sua dupla dissolução econômica (as vantagens da união econômica europeia se diluem no contexto da globalização) e política (a autonomia política e militar europeia desaparecem). Neste momento não existe nenhum projeto europeu, já que esse foi substituído pelo projeto norte-atlântico (ou, eventualmente, pelo projeto da tríade) sob comando americano.

¹⁵ Samir Amin & Ali El Kenz, *Le monde arabe, enjeux sociaux, perspectives méditerranéennes* (Paris: Harmattan 2003).

As guerras “made in USA” certamente despertaram a opinião pública de toda a Europa – sobretudo a última guerra do Iraque – e, até, de alguns governos: em primeiro lugar, do governo francês; mas também dos governos da Alemanha, da Rússia e da China. No entanto, esses mesmos governos não começaram a questionar o seu alinhamento fiel às exigências do neoliberalismo. É uma contradição importante que, de uma forma ou de outra, deverá ser superada; seja através da submissão às imposições de Washington ou de uma verdadeira ruptura que ponha fim ao atlantismo.

A conclusão principal que retiro desta análise é que a Europa não pode abandonar o atlantismo enquanto as alianças políticas que definem os blocos de poder estejam fundadas sobre o capital transnacional dominante. Somente se as lutas sociais e políticas conseguirem modificar o conteúdo desses blocos, impondo novos compromissos entre capital e trabalho, a Europa então poderá se distanciar de Washington, possibilitando a renovação de um eventual projeto europeu. Nessas novas condições a Europa poderia, e até deveria, trilhar no plano internacional – nas relações com o leste e com o sul – um caminho diferente daquele traçado com base nas exigências exclusivas do imperialismo coletivo, iniciando assim uma longa marcha para “além do capitalismo”. Em outros termos, a Europa será de esquerda (aqui o termo esquerda é considerado de forma séria) ou não será Europa.

Conciliar a adesão ao liberalismo e a afirmação da autonomia política da Europa, ou dos Estados que a constituem, permanece como o objetivo de certas frações das classes políticas européias, preocupadas em preservar as posições exclusivas do grande capital. Conseguirão seu objetivo? Duvido muito que consigam.

Em contrapartida, as classes populares européias, pelo menos em certos países, estão em condições de superar a crise que as atinge? Acredito que seja possível: são precisamente os motivos que tornam a cultura política de alguns países europeus diferente da cultura política dos Estados Unidos que poderão permitir o renascimento da esquerda. Aqui a condição fundamental também é se livrar o vírus do liberalismo. O “projeto europeu” surgiu como desdobramento europeu do projeto atlântico dos Estados Unidos, concebido imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, já no espírito da Guerra Fria implementada por Washington, projeto diante do qual as burguesias européias – debilitadas e temerosas perante suas classes operárias – aderiram praticamente sem impor condições.

Todavia, o próprio desenvolvimento do projeto, em que pesem suas origens duvidosas, foi modificando progressivamente alguns dados importantes do problema e de seus desafios. A Europa Ocidental conseguiu “recuperar” o atraso econômico e tecnológico diante dos Estados Unidos – ou, pelo menos, já possui todos os meios para isso. Por outro lado, o “inimigo soviético” não existe mais. O processo de integração eliminou as aversões violentas que caracterizaram um século e meio de história européia: os três principais países do continente – França, Alemanha e Rússia – se reconciliaram. Esse processo de evolução me parece bastante positivo e apresenta um potencial mais animador ainda. É evidente que o processo se desenvolveu sob bases econômicas inspiradas pelos princípios do liberalismo, mas de um liberalismo que até os anos 1980 era contrabalançado pela dimensão social, levada em consideração pelo “compromisso histórico social-democrata”, que obrigava o capital a ajustar-se ante a demanda de justiça social expressa pelas classes trabalhadoras. Depois disso, o processo tomou um novo rumo, já sob o marco social inspirado pelo liberalismo “à americana”, completamente anti-social.

Essa última reviravolta lançou as sociedades europeias em uma crise de múltiplas dimensões. Em primeiro lugar, existe a crise econômica, que é imanente à opção liberal. Uma crise agravada pela submissão dos países europeus às exigências econômicas do líder americano, pois até agora a Europa aceitou financiar o déficit americano, em detrimento de seus próprios interesses. Em segundo lugar, existe uma crise social, acentuada pelo crescimento da resistência e das lutas das classes populares contra as conseqüências fatais da opção liberal. Finalmente, está se delineando uma crise política – expressa na recusa de aliar-se, pelo menos incondicionalmente, à opção dos Estados Unidos: a guerra infinita contra o Sul do mundo.

Como os povos e os Estados europeus enfrentarão este tríplice desafio?

Os europeus, por princípio, se dividem em três grupos bastante diferentes:

- aqueles que defendem a opção liberal e a liderança dos Estados Unidos quase que incondicionalmente;
- aqueles que defendem a opção liberal, mas desejam uma Europa política independente, livre da tutela americana;
- aqueles que desejam (e lutam por) uma Europa social, ou seja, um capitalismo temperado por um novo compromisso social entre capital e trabalho que opere em escala européia e, simultaneamente, uma Europa política que adote “outras relações” (amistosas, democráticas e pacíficas) com o Sul, a Rússia e a China.

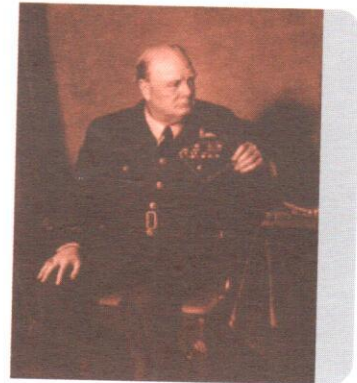
A opinião pública geral em toda a Europa expressou, durante o Fórum Social Europeu de Florença de 2002 e, depois, por ocasião da Guerra do Iraque, a sua simpatia por essa posição de princípio.

Há certamente outros, os “não-europeus”, no sentido de que não consideram desejável nem possível essas três opções: é um grupo francamente minoritário por enquanto, mas certamente destinado a engrossar as suas fileiras. O reforço pode se dar por meio de duas opções fundamentalmente diferentes:

- uma opção “populista” de direita, que rejeita a progressão dos poderes políticos – e, também, econômicos – supranacionais, exceto, evidentemente, aqueles do capital transnacional;
- uma opção de esquerda, nacional, democrática e social.

Sobre quais forças se apoiaria cada uma dessas duas tendências e quais suas respectivas possibilidades de êxito?

O capital dominante é liberal por sua própria natureza. Neste sentido, em decorrência de sua lógica intrínseca, está comprometido com a primeira das três opções. Tony Blair representa a expressão mais coerente daquilo que defini como “imperialismo coletivo da tríade”. A classe política unida sob a bandeira inglesa está disposta, se necessário, a “sacrificar o projeto europeu”; ou, senão tanto, a eliminar qualquer ilusão a seu respeito, para mantê-lo nos limites originários de desenvolvimento europeu do projeto atlântico. Mas Bush, como Hitler, não concebe aliados, mas somente subordinados que obedeçam de forma incondicional. Por esse motivo, alguns segmentos importantes da classe políti-

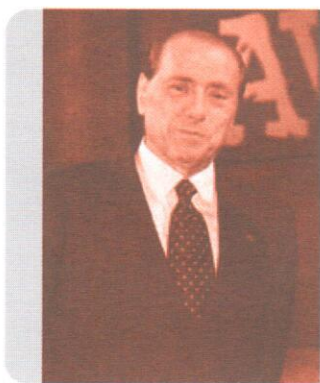


WINSTON CHURCHILL

ca, até mesmo da própria direita – ainda que por princípio defensores do capital dominante – rejeitam aliar-se aos Estados Unidos tal como rejeitaram no passado o apoio a Hitler. Se existe na Europa a possibilidade de um Winston Churchill, este seria Chirac. Chirac conseguirá se tornar o novo Churchill?

A estratégia do capital dominante pode acomodar-se com um “antieuropeísmo de direita”, que se contentará em exibir uma retórica nacionalista e demagógica (mobilizando, por exemplo, a questão dos imigrantes: do Sul, naturalmente), mas que, de fato, se submeteria às exigências de um liberalismo mundializado, “não-europeu”. José-María Aznar e Silvio Berlusconi constituem os protótipos de tais aliados de Washington, ao lado das classes dirigentes servis da Europa Oriental.

Nesse sentido, creio que a segunda opção seja difícil de sustentar. Todavia, constitui a opção dos principais governos europeus – da França e da Alemanha. Expressaria talvez as ambições de um capital suficientemente poderoso para livrar-se da tutela dos Estados Unidos? Essa é uma pergunta para a qual não tenho resposta; porém, intuitivamente, diria que seja pouco provável.



SILVIO BERLUSCONI

Contudo, essa opção é a de aliados diante do adversário americano que constitui o inimigo principal de toda a humanidade. Falo de aliados porque estou convicto de que, se persistirem em sua opção, serão obrigados a abandonar a lógica do projeto unilateral do capital (o liberalismo), construindo alianças à esquerda (as únicas que poderão reforçar o seu projeto de independência perante Washington). A aliança entre os grupos dois e três não é impossível, como demonstra a grande aliança antinazista anterior.

Se tal aliança tomasse forma, deveria ou poderia operar exclusivamente nos marcos da Europa? Não creio, já que tal quadro, como vem sendo demonstrado, favoreceria sistematicamente somente a opção do primeiro grupo, isto é, do grupo pró-americano. Será necessário então esquecer a Europa e renunciar definitivamente a seu projeto?

Creio que não seja necessário, nem sequer desejável. É possível uma outra estratégia: a de deixar o projeto europeu em “suspensão” por um tempo, em seu estágio atual de desenvolvimento e, enquanto isso, construir outros eixos de aliança.

Nesse sentido, daria prioridade absoluta à construção de uma aliança política e estratégica Paris-Berlin-Moscou; que, se possível, deveria ser estendida mais ainda, incluindo Pequim e Nova Déli. Digo aliança política com o objetivo de restituir todas as funções ao pluralismo internacional e à ONU. E estratégica: construir conjuntamente forças militares à altura de enfrentar o desafio americano. Essas três ou quatro potências possuem todos os meios, tecnológicos e financeiros, reforçados pela tradição de capacidade militar diante dos quais os Estados Unidos empalidecem. A ameaça americana e suas ambições criminais impõem essa aliança. Mas as ambições são desmesuradas. É preciso provar. Construir uma frente anti-hegemônica é hoje – como foi ontem a construção da aliança antinazista – a mais urgente das prioridades.

Essa estratégia reconciliaria os europeus dos grupos dois e três e os não-europeus de esquerda. Ela criaria assim as condições favoráveis para a retomada posterior do projeto europeu que incluísse uma Grã-Bretanha livre da sujeição aos Estados Unidos e uma Europa Oriental liberada de sua cultura servil. É preciso ter paciência, já que esse projeto demandará muito tempo.

Não será possível nenhum progresso do projeto europeu até que a estratégia dos Estados Unidos seja derrotada.

A EUROPA DIANTE DO SUL ÁRABE E MEDITERRÂNEO

O mundo árabe e o Oriente Médio ocupam um lugar de destaque no projeto hegemônico dos Estados Unidos. A resposta a ser dada pelos europeus ao desafio dos Estados Unidos na região se torna então um teste decisivo ao projeto europeu em si.

Portanto, o problema é saber se os países litorâneos do mediterrâneo e seus prolongamentos – europeus, árabes, turcos, iranianos e países da região do chifre da África – se orientarão por uma idéia de segurança diversa daquela determinada pelo predomínio da hegemonia mundial americana. A razão aponta para essa direção, mas até agora a Europa não deu nenhum sinal de caminhar nesse sentido. Uma das razões que talvez explique a inércia européia, pelo menos parcialmente, é que os interesses dos parceiros da União Européia, ainda que não totalmente divergentes, estão marcados por um coeficiente de prioridade relativa bastante diferente entre um país e outro. A costa mediterrânea não ocupa uma posição central nas polarizações industriais do capitalismo desenvolvido: as costas do Mar do Norte, do Nordeste atlântico americano e do Japão central têm uma densidade muito grande. Para os europeus do Norte – Alemanha e Grã-Bretanha – o perigo de caos nos países situados ao Sul do Mediterrâneo não apresenta a mesma gravidade que apresentaria para os italianos, espanhóis e franceses.

Até 1945 as diversas potências européias adotavam políticas próprias para a região mediterrânea, freqüentemente em conflito entre si. Após a Segunda Guerra Mundial os Estados da Europa ocidental deixaram de promover políticas para a região, seja em comum sejam específicas de qualquer Estado, que diferissem do alinhamento aos Estados Unidos. Não obstante, a Grã-Bretanha e a França, que detinham possessões coloniais na região, empreenderam batalhas para conservar suas respectivas vantagens. A Grã-Bretanha renunciou ao Egito e ao Sudão desde 1945 e, após a derrota na aventura de agressão tripartite de 1956, modificou radicalmente sua política, para finalmente, no final dos anos 1960, abandonar a hipótese de exercer qualquer influência sobre os países do Golfo. A França, expulsa da Síria desde 1945, finalmente aceitou a independência da Argélia em 1962, mas conservou certa nostalgia de sua influência no Maghreb e no Líbano, encorajada pelas classes dirigentes locais, pelo menos na Tunísia, no Marrocos e no Líbano.

Paralelamente, a construção européia não substituiu a retirada das potências coloniais por uma política comum para esse setor. Recordemos que, após a guerra árabe-israelense de 1973, os preços do petróleo foram reajustados e a Europa comunitária, surpreendida em seu sono, descobriu que tinha “interesses” na região. Porém, esse despertar não suscitou nenhuma iniciativa importante, por exemplo, sobre a questão palestina. Nesse, como em muitos outros setores, a Europa permaneceu veleitária e inconsistente. Alguns progressos no sentido da autonomia diante dos Estados Unidos foram registrados no curso dos anos 1970, culminando na Cúpula de Veneza de 1980; mas esses progressos não foram consolidados, se desgastando ao longo dos anos 1980, para finalmente desaparecer com a aliança firmada com Washington no momento da crise do Golfo. Por isso, as atitudes da Europa com relação ao mundo árabe e iraniano deverão ser estudadas a partir de análises específicas para cada um dos Estados europeus.

A Grã-Bretanha não tem mais nenhuma política própria mediterrânea ou árabe. Nesse setor, como em outros da sociedade britânica em todas as suas expressões políticas

(conservadores e trabalhistas), a opção escolhida foi a aliança incondicional com os Estados Unidos. Trata-se de uma opção histórica fundamental, que transcende as circunstâncias particulares conjunturais, reforçando consideravelmente a dependência da Europa às exigências da estratégia americana.

Se bem que por razões diversas, nem mesmo a Alemanha tem uma política árabe e mediterrânea específica e, provavelmente, não buscará desenvolvê-la no futuro imediato. Debilitada por sua divisão e status, a RFA dedicou todos os seus esforços ao desenvolvimento econômico, aceitando um papel político subordinado, sob a direção – de maneira simultânea e ambígua – dos Estados Unidos e do “europeísmo” da então Comunidade Econômica Européia (CEE). Num primeiro momento, a reunificação da Alemanha e sua reconquista da plena soberania internacional não alteraram esse comportamento; ao contrário, acentuou a sua expressão. O fato é que as forças políticas dominantes (conservadoras, liberais e social-democratas) priorizaram a expansão do capitalismo alemão na Europa central e oriental, reduzindo a importância relativa de uma estratégia européia comum, seja no plano político ou no plano da integração econômica. Resta saber se essa tendência se inverteu, como parece sugerir a atitude de Berlim quando da guerra no Iraque.

As posições da França são um pouco mais vagas. País mais atlântico que mediterrâneo, herdeiro de um império colonial, situado entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial, a França nunca renunciou a se expressar como uma grande potência. Durante a primeira década do pós-guerra, os sucessivos governos franceses tentaram manter as posições coloniais por meio de um atlantismo excessivo, anticomunista e anti-soviético. No entanto, o apoio recebido de Washington não foi completo nem sincero, como demonstrou a atitude dos Estados Unidos durante a agressão tripartite contra o Egito em 1956. Na época, por força da situação, a política mediterrânea e árabe da França era simplesmente retrógrada. De Gaulle rompeu simultaneamente com as ilusões paleocoloniais e pró-americanas. Ele concebeu o tríplice projeto ambicioso de modernizar a economia francesa, de implementar um processo de descolonização que permitisse substituir as fórmulas antigas e já superadas por um neocolonialismo flexível e compensar as debilidades intrínsecas a todos os países de porte médio como a França, pela integração européia. Nessa perspectiva, De Gaulle concebia uma Europa dotada de autonomia diante dos Estados Unidos, não somente no plano econômico e financeiro, mas também político e – até mesmo, com o passar do tempo – militar; da mesma forma que concebia, porém a longo prazo, associar a União Soviética à construção européia (“a Europa do Atlântico aos Urais”). Mas o gaullismo não sobreviveu ao seu criador e, a partir de 1968 em diante, as forças políticas francesas, tanto da direita clássica quanto da esquerda socialista, regressaram progressivamente a suas posições precedentes. A sua concepção da construção européia se restringiu somente à dimensão do “mercado comum” entre a França e a Alemanha federal (a ponto de a unificação alemã causar certa inquietação em Paris) e à pressão feita à Grã-Bretanha para se unir à CEE (esquecendo que a Inglaterra se tornaria o “cavalo de Tróia” dos americanos na Europa). Naturalmente, essa mudança implicava o abandono de toda política árabe digna desse nome pela França, isto é, de uma política disposta a superar os interesses mercantis imediatos.

No plano político a França se comportou objetivamente, tanto no mundo árabe quanto no subsaariano, como força de apoio complementar à estratégia hegemônica americana. Nesse contexto, deve ser situado o discurso mediterrâneo que convida os países do Maghreb a se associar ao carro-chefe europeu (da mesma maneira que se associou a Turquia, hoje em crise), levando depois ao esvaziamento da perspectiva de

uma reaproximação unitária do mundo árabe, abandonando o Maghreb à intervenção israelense-americana. Sem dúvida as classes dirigentes maghrebins são responsáveis pela simpatia demonstrada por esse projeto. Contudo, a crise do Golfo significou um golpe profundo nesse projeto, levando as massas populares do Norte da África a reafirmar com força a sua solidariedade ao Maghreb, como era de esperar.

Em decorrência de sua própria posição geográfica, a Itália é particularmente sensível aos problemas mediterrâneos. Porém, isso não significa que por isso ela tenha uma política mediterrânea e árabe que seja concreta, e muito menos que tenha eficácia ou autonomia. Há muito marginalizada pelo desenvolvimento capitalista, a Itália foi forçada a circunscrever as suas ambições mediterrâneas à tutela de uma aliança obrigatória com outras potências européias mais decisivas. Desde que alcançou sua unidade nacional na metade do século XIX até a queda de Mussolini em 1943, a Itália sempre hesitou entre a aliança com os donos do Mediterrâneo – ou seja, os ingleses e franceses – ou com aqueles que podiam contestar as posições anglo-francesas, isto é, a Alemanha.

O atlantismo, exercido na Itália num contexto que implica uma política externa submetida à tutela dos Estados Unidos, dominou as ações e opções dos governos italianos que se sucederam desde 1947 em diante. Numa concepção ainda mais ideologizada, o atlantismo está presente também em alguns setores da burguesia laica (republicanos e liberais, além de alguns socialistas). Para os democrata-cristãos o atlantismo vem ainda temperado pela pressão universalista própria da tradição católica. É sintomático que o papado tenha freqüentemente defendido posições mais retrogradadas – diante dos povos árabes e, em particular, na questão palestina e nas questões do Terceiro Mundo – do que aquelas dos vários governos italianos e ocidentais. A



BENITO MUSSOLINI

guinada à esquerda de uma parcela da Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação da América Latina, reforça na atualidade esse universalismo, do qual encontramos versões laicas nos movimentos pacifistas, ecológicos e terceiro-mundistas. A corrente européia *mittel* funda suas raízes no século XIX, na fratura Norte e Sul que a unidade italiana jamais superou. Vinculada aos interesses do grande capital milanês, ela sugeria priorizar a expansão econômica italiana através da Europa oriental, em estreita colaboração com a Alemanha.

Nesse contexto, a Croácia constitui atualmente um objetivo imediato, a ponto de certos analistas identificarem indícios expansionistas italianos em direção à Dalmácia. Essa opção implicaria o prosseguimento por parte da Itália de sua política externa de baixo perfil, marginalizando as suas relações com os países da costa meridional do Mediterrâneo. Uma opção simultânea da Espanha isolaria ainda mais a França no contexto europeu, reduzindo a sua importância ao denominador comum mais baixo. A corrente mediterrânea, que ainda é débil, apesar do aporte que o universalismo poderia lhe fornecer, se expressa, por essa razão, numa versão “levantina”: trata-se de “fazer negócios”, aqui ou lá, sem se preocupar com o quadro estratégico no qual se insere. Para adquirir uma consistência mais nobre, ligando a Itália a aberturas econômicas fundadas numa perspectiva de reforço de sua autonomia e da de seus parceiros árabes, seria necessária uma convergência entre esse projeto e as idéias universalistas, sobretudo de uma parcela da esquerda italiana, da comunista e da cristã.

A direita italiana, reunificada sob a direção de Berlusconi no poder, escolheu permanecer no sulco do eixo atlântico Washington–Londres. O comportamento das forças policiais durante o G8 de Gênova (julho de 2001) expressa claramente essa opção.

A Espanha e Portugal ocupam um lugar importante na estratégia de hegemonia mundial dos Estados Unidos. Com efeito, o Pentágono considera o eixo Açores–Canárias–Gibraltar–Baleares de importância vital para a vigilância do Atlântico Norte e Sul e para barrar a entrada do Mediterrâneo. Os Estados Unidos forjaram sua aliança com esses dois países imediatamente após a Segunda Guerra Mundial sem a mínima preocupação com seu caráter fascista. Pelo contrário, o insensato anticomunismo das ditaduras de Francisco Franco e Antônio Oliveira Salazar servia muito bem à causa hegemônica dos Estados Unidos, permitindo o ingresso de Portugal na Otan e o estabelecimento de bases militares de grande importância em solo espanhol. Em contrapartida, os Estados Unidos e seus aliados europeus apoiaram Portugal sem reservas em toda a sua guerra colonial, até o seu fracasso final.

A evolução democrática da Espanha após a morte de Franco não deu ocasião para



FRANCISCO FRANCO

colocar em discussão a integração do país no sistema militar americano. Anteriormente, em maio de 1982, a adesão formal da Espanha à Otan foi objeto de uma verdadeira chantagem eleitoral, fazendo crer que a participação junto à CEE exigia essa adesão, contra a qual se opunha a maioria da opinião pública espanhola.

Em seguida, o apoio de Madri às posições defendidas por Washington não teve mais reservas. Em contrapartida, os Estados Unidos intervieram para “moderar” as reivindicações marroquinas sobre Ceuta e Melilla; tentando, até, convencer a Grã-Bretanha sobre a questão

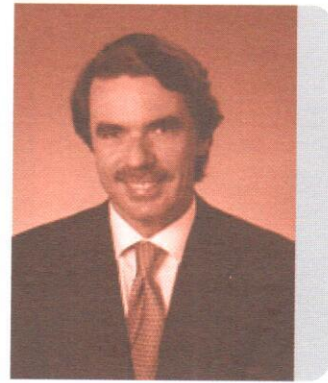
Gibraltar, se bem que se possa duvidar do empenho dessa intervenção. O alinhamento atlantista de Madri se traduziu em mudanças radicais na organização das forças armadas espanholas, que foram “deslocadas para o sul”. Com efeito, na tradição espanhola o exército se distribuía sobre todo o território do país. Ademais, concebido mais como uma força interna de segurança do que como uma força de combate externa, o exército espanhol permaneceu antiquado e – malgrado a atenção dirigida pelo poder supremo de Madri ao corpo de generais e oficiais – não havia passado por uma autêntica modernização, como ocorreu com os exércitos francês, inglês e alemão.

Os governos socialistas – e, em seguida, os demais governos de direita – procederam a uma redistribuição das forças armadas espanholas tendo em vista uma eventual “frente meridional”, empenhando-se num programa de modernização do exército, da marinha e da aeronáutica. Essa modificação, imposta por Washington e pela Otan, é uma das numerosas manifestações da nova estratégia hegemônica americana que substituiu o Leste pelo Sul na “defesa” do Ocidente. Essa mudança foi acompanhada na Espanha por um novo discurso que pôs em evidência um hipotético “inimigo” que vinha do Sul, cuja identificação não deixava nenhuma dúvida. Portanto, é interessante notar como esse discurso dos meios democráticos espanhóis (e socialistas) se vincula à velha tradição da “Reconquista”, muito popular nos círculos católicos do exército. A mudança das forças armadas espanholas aparece então como um claro sinal da determinação da Espanha em desenvolver um papel ativo na Otan dentro do contexto da nova estratégia ocidental que

prevê intervenções armadas no Terceiro Mundo. Por outro lado, a Península Ibérica agora já constituía um anel de ligação entre Washington e Tel Aviv, a principal cabeça de ponte europeia da Rapid Deployment Force americana (que desempenhou um papel decisivo na Guerra do Golfo), completada pelas bases sicilianas (que até então serviram somente para operações dirigidas contra o mundo árabe: Líbia, bombardeio aéreo da Tunísia, etc.) e pelo apoio dispensado pelo Marrocos. Evidentemente, essa opção ocidental esvazia o discurso “euro-árabe” de qualquer conteúdo sério. A nova Espanha democrática, que pretende desenvolver uma política de amizade junto à América Latina e ao mundo árabe, a despeito disso, começa a implementar uma política no sentido exatamente oposto a suas declarações de princípio.

O governo de direita chefiado por Aznar confirmou essa aliança atlantista de Madrid. Ainda mais do que a Itália, a Espanha rejeita capitalizar a posição que ocupa na região mediterrânea em favor de uma nova política europeia para o mundo árabe, a África e o Terceiro Mundo, distanciando assim das exigências da hegemonia americana. A idéia francesa de um grupo mediterrâneo no seio da União Europeia permanece, portanto, suspensa no ar, sem qualquer apoio sério. Por outro lado, sob o plano econômico, o capital espanhol, herdeiro da tradição franquista, depositou suas esperanças de expansão prioritariamente no desenvolvimento de acordos com a Alemanha e o Japão, convidados a participar da modernização da Catalunha.

Desde que existe, a linha de confronto entre Leste e Oeste passou pelos Bálcãs. O alinhamento compulsório dos Estados da região a Moscou ou Washington – com a única exceção da Iugoslávia a partir de 1948 e, depois, da Albânia pós-1960 – mascarou os conflitos nacionalistas locais que fizeram dos Bálcãs o barril de pólvora europeu.



JOSÉ-MARÍA AZNAR

A Turquia colocou-se espontaneamente no campo ocidental desde 1945, após renunciar apressadamente a sua neutralidade diante da Alemanha hitleriana. As reivindicações soviéticas sobre o Cáucaso (Kars e Ardahan) formuladas por Joseph Stálin em seguida à vitória foram rechaçadas por Ancara graças ao apoio decisivo de Washington. Em contrapartida, a Turquia, já como membro da Otan, malgrado seu sistema político pouco democrático, acolheu em seu território as bases americanas mais próximas à União Soviética. No entanto, a sociedade turca permanece ainda uma sociedade típica do Terceiro Mundo, mesmo reconhecendo que, após Atatürk, as classes dirigentes do país proclamem a europeidade da nova Turquia, batendo às portas da União Europeia, que não lhe dá ouvidos. Aliada fiel dos Estados Unidos e de seus parceiros europeus, a Turquia estaria interessada em recuperar o seu passado, desenvolvendo um papel ativo no Oriente Médio e cobrando do Ocidente pelos serviços prestados na região? Parece que a questão curda, da qual não reconhece a existência, tem sido a causa de sua hesitação até hoje. A idéia de uma eventual opção pan-turaniana, veiculada ao final da Primeira Guerra Mundial em alguns ambientes kemalistas, também parece ter sido relegada ao museu da história. Porém, na atualidade a decomposição da ex-União Soviética poderia significar um convite para que o poder de Ancara tome a direção do bloco turcófono que poderia dominar a Ásia, do Azerbaijão a Sinkiang. O Irã sempre expressou o temor de uma evolução desse tipo, que questionaria não só o *status* do Azerbaijão meridional iraniano, mas a própria segurança de sua longa fronteira na Ásia setentrional com o Turcomenistão e o Uzbequistão.

A Grécia não escolheu espontaneamente se posicionar no campo anti-soviético. Ela foi forçada pela intervenção britânica de 1948 a se aliar aos Estados Unidos. Com base nos acordos de Yalta, a União Soviética – como sabemos – abandonou à própria sorte a resistência grega dirigida pelo Partido Comunista que, como na Iugoslávia e na Albânia, havia liberado o país e conquistado apoio popular amplamente majoritário. Dessa forma, visando combater esse movimento popular, os ocidentais foram obrigados a sustentar regimes repressivos e a famigerada ditadura dos coronéis fascistas, sem ver qualquer contradição com o seu discurso de que a Otan protegia o “mundo livre” contra o “satã totalitário”. O retorno da Grécia à democracia, com a vitória eleitoral do Pasok em 1981, recolocava a possibilidade de discutir a fidelidade da Grécia à Otan. A Europa comunitária saiu então em socorro a Washington e – como para a Espanha – vinculou a candidatura grega à CEE à sua participação na aliança atlântica. O próprio ingresso na CEE era ainda muito controverso entre a opinião pública da época. A escolha de Papan-dreou de aliar-se a qualquer custo – após alguma hesitação e, não obstante, a opção terceiro-mundista e neutralista de princípio do Pasok – detonou uma evolução irreversível na própria neutralidade do povo grego, bajulando suas aspirações à modernidade e ao

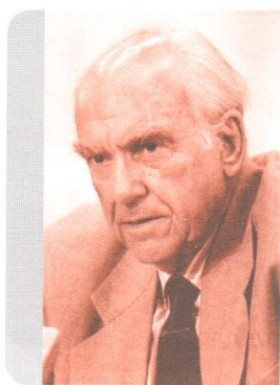
status europeu. Todavia, os novos parceiros da Grécia não têm muito a oferecer a esse país, destinado a permanecer por muito tempo ainda como o primo pobre da construção comunitária.

A fidelidade de Atenas ao ocidente euro-americano não lhe valeu nem mesmo o apoio concreto no conflito com a Turquia. Mesmo reconhecendo a responsabilidade direta da ditadura grega na tragédia cipriota de 1974, a operação turca aberta (operação Átila)

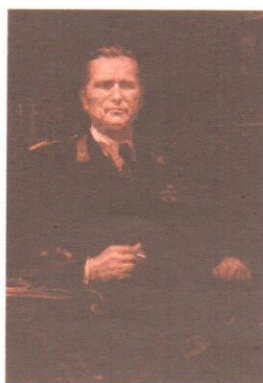
e a criação da “República Turca de Chipre”, em franca violação ao *status* da ilha, não só foram aceitos, mas provavelmente planejados com a conivência do Pentágono, diante dos quais a Europa capitalista cedeu uma vez mais. É evidente que para os Estados Unidos a amizade da Turquia, considerável potência militar regional, vem antes da Grécia, por mais democrática que a última seja.

O conjunto da região balcânica-danubiana (Iugoslávia, Albânia, Hungria, Romênia e Bulgária) entrou em 1945 na área de influência de Moscou, seja pela ocupação militar soviética, com a anuência dos acordos de Yalta, seja em função de sua própria libertação e opção dos respectivos povos da Iugoslávia e da Albânia.

A Iugoslávia de Josip Tito, isolada entre os anos de 1948 e 1953, de um lado pelo ostracismo de Moscou, de outro pelo anticomunismo ocidental, conduziu com sucesso uma estratégia de construção de uma frente de “não-aliados”, que lhe valeu a amizade do Terceiro Mundo, especialmente após a Conferência de Bandung (1955). Os analistas do pensamento estratégico iugoslavo da época destacavam o fato – aparentemente estranho – de que tal pensamento era pouco sensível à dimensão mediterrânea do país. Talvez o abandono por parte da Itália, após a Segunda Guerra Mundial, da tradicional aspiração pela expansão sobre a Dalmácia (e também sobre a Albânia) e a solução encontrada em 1954 para o espinhoso problema de Trieste, estejam na origem desse “esquecimento histórico”. A Iugoslávia se preocupava fundamentalmente com os problemas do equilí-



ANDREAS PAPANDREOU



JOSIP TITO

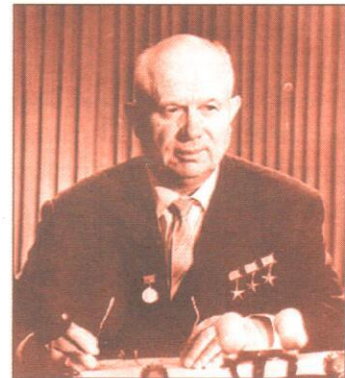
brio de suas relações regionais danubiano-balcânicas e, sobretudo, com o equilíbrio mundial das superpotências. Com relação ao primeiro aspecto, ela conseguiu capitalizar a seu favor a dupla atração nórdica e danubiana das regiões croata-eslovena e russo-balcânica da Sérvia.

A aproximação iniciada por Nikita Kruschov e continuada por seus sucessores, reconhecendo o papel positivo de Tito na arena mundial, assim como o debilitamento dos regimes do Pacto de Varsóvia a partir dos anos 1960, mas principalmente, dos anos 1970, garantiu durante certo tempo a segurança da Iugoslávia, que deixou de ser ameaçada por qualquer conflito regional. Assim, a diplomacia iugoslava pôde agir na arena internacional, dando ao país um peso que contrastava com seu reduzido tamanho. Porém, apesar do incontestável sucesso de sua diplomacia na Ásia, África e até mesmo na América Latina, ela nunca conseguiu resultados satisfatórios na Europa, onde seus apelos pela ampliação de uma frente de não-aliados nunca encontrou ecos favoráveis.

Todavia, diante da Europa da Otan, de norte a sul do continente, entre dois pactos militares adversários, a Suécia, a Finlândia e a Áustria puderam implementar iniciativas comuns positivas, furtando-se ao espírito da Guerra Fria. Mais tarde, a Grécia de Pasok trabalhou para ampliar o campo neutro europeu, delineando em 1982 uma proposta de desnuclearização dos Balcãs, dirigindo-se simultaneamente a países membros de uma das alianças (Turquia, Romênia e Bulgária) e a países neutros (Iugoslávia e Albânia). Essas propostas tampouco encontraram eco.

A decomposição da Europa oriental iniciada em 1989 modificou os dados do problema. A erosão e finalmente a perda da legitimidade dos regimes – legitimidade que se fundava sobre determinado desenvolvimento, sejam quais forem seus limites e aspectos negativos – explodiu a unidade da classe dirigente, cujas frações – de forma extremada – buscam refundar a sua legitimidade apelando ao nacionalismo. Assim, criaram-se as condições não só para permitir a ofensiva do capitalismo selvagem apoiado pelos Estados Unidos e pela União Européia, mas também para que a Alemanha retomasse a iniciativa na região, atirando lenha à fogueira (por meio do reconhecimento prematuro da independência da Eslovênia e da Croácia, apoiado também pela União Européia) e acelerando assim o desmembramento da Iugoslávia e a guerra civil. Curiosamente, os europeus tentaram impor na Bósnia a coexistência de comunidades cuja separação eles mesmos haviam favorecido. Se for possível que sérvios, croatas e mulçumanos coexistam na pequena Iugoslávia que é a Bósnia, por que não poderiam coexistir na grande Iugoslávia? Evidentemente que uma estratégia dessas não podia dar certo, permitindo que os Estados Unidos intervissem em pleno coração da Europa. Na estratégia de Washington, sem dúvidas, o eixo Balcãs-Cáucaso-Ásia Central aparece como um prolongamento do Oriente Médio.

Das análises propostas anteriormente, e que concernem às opções político-estratégicas dos países da costa setentrional do Mediterrâneo, quero extrair essa conclusão principal: a maioria desses países, anteriormente parceiros fiéis dos Estados Unidos no conflito Leste/Oeste, continua ainda vinculada à estratégia de hegemonia americana nos confrontos do Terceiro Mundo e, em particular, dos países árabes e dos outros países da região do Mar Vermelho-Golfo. Os outros países, balcânicos e danubianos, anteriormen-



NIKITA KRUSCHOV

te implicados de alguma forma no conflito Leste/Oeste, deixam de ser agentes ativos no conflito permanente entre Norte/Sul, se convertendo em meros objetos passivos do expansionismo ocidental.

CONCLUSÃO: O IMPÉRIO DO CAOS E A GUERRA PERMANENTE

O projeto de domínio dos Estados Unidos – a extensão da doutrina Monroe a todo o planeta – é megalomaníaco. Esse projeto, que defino como Império do Caos desde a queda da União Soviética em 1991, será fatalmente confrontado pela crescente resistência que vigora entre as nações do Velho Mundo que não aceitam se submeter. Os Estados Unidos estarão então condenados a se comportar como “Estado canalha” por excelência, substituindo o recurso ao direito internacional pela guerra permanente (iniciada no Oriente Médio, mas que aponta para a Rússia e a África), iniciando a transição para o fascismo (a “lei patriótica” forneceu à política americana poderes análogos aos da Gestapo para lidar com os estrangeiros – os *aliens*).

Os Estados europeus, parceiros no sistema do imperialismo coletivo da tríade, aceitarão essa submissão que os coloca em posição subalterna? A tese que desenvolvi sobre a questão acentua não os conflitos de interesse do capital dominante, mas realça a diversidade que separa as culturas políticas europeias daquela que caracteriza a formação histórica dos Estados Unidos, identificando nessa nova contradição uma das razões principais do possível fracasso do projeto dos Estados Unidos.¹⁶

¹⁶ Samir Amin, *Le virus libéral*. cit., pp. 20 e ss.; “L'idéologie américaine”, publicado em inglês, em *Abram Weekly*, Cairo, maio de 2003.